



**PROGRAMA DE MESTRADO EM FORMAÇÃO  
EDUCACIONAL, INTERDISCIPLINARIDADE E SUBJETIVIDADE.**

**ASSUNÇÃO - 2013**

**PROGRAMA DE MESTRADO EM FORMAÇÃO  
EDUCACIONAL, INTERDICIPINARIDADE E SUBJETIVIDADE.**

ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA ARAÚJO

GISLAINE HOSANA ARAÚJO FERNANDES

PATRÍCIA QUEIROZ BEZERRA DE ARAÚJO MOTA

**Práticas e princípios para uma escola inclusiva.**

ASSUNÇÃO – 2013

## **RESUMO**

Este artigo tem o objetivo de apresentar práticas e princípios para que a educação inclusiva possa contemplar os alunos com necessidades especiais na escola regular, com uma educação de respeito às diferenças e valorização de suas habilidades. Para que isso aconteça visualizamos tentativas e implementações de práticas e princípios no âmbito educacional visando sua efetivação tão almejada. A inclusão educacional deve também refletir no âmbito social, tendo em vista que é um sistema de colaboração e cooperação nas relações sociais. No entanto, ainda são muitos os conflitos gerados pelas condições sociais gerais e principalmente no sistema educacional.

Palavras-chave: Educação Especial; Práticas; Inclusão.

## 1.0 INTRODUÇÃO

É notável o esforço pela inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais no Brasil. Até o início do século 21, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços: a escola regular e a escola especial - ou o aluno frequentava uma, ou a outra. Na última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem. A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço e direito para todos, favorecendo a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Entende por educação inclusiva, educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças. Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005).

No Brasil, a regulamentação mais recente que norteia a organização do sistema educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao ensino superior); realia o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus

professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. O PNE considera público alvo da Educação especial na perspectiva da Educação inclusiva, educandos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades. Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não escondê-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos. (MENDES, 2012).

O aluno com necessidades especiais não é visto como responsabilidade unicamente do professor, mas de todos os participantes do processo educacional, considerando que toda a escola deve estar preparada para atender as necessidades deste aluno. Sendo assim, a direção e a coordenação pedagógica devem organizar momentos para que os professores possam manifestar suas dúvidas e angústias. É necessário esclarecer que a escola sozinha não caminha sendo fundamental a participação da família como fonte de informação para os professores sobre as necessidades da criança. Outro aspecto a destacar é com relação aos profissionais da área de saúde que trabalham com o aluno, como fisioterapeutas, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos ou médicos, pois esta equipe multidisciplinar poderá esclarecer as necessidades das crianças e jovens e sugerir, ao professor, alternativas para o atendimento dessas necessidades.

No ponto de partida da Educação inclusiva, é necessário alertar os serviços da Educação especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo esses os novos recursos que precisam ser incorporados à escola. O aluno tem direito de frequentar o AEE no período oposto às aulas. O sistema público tem organizado salas multifuncionais ou salas de apoio, na própria escola ou em instituições conveniadas, visando oferecer recursos de acessibilidade e estratégias para eliminar as barreiras, favorecendo a plena participação social e o desenvolvimento da aprendizagem. Conforme o Art. 1º. Para a implementação do Decreto no 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação nas classes comuns do ensino regular

e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos; Art. 2º. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem; Parágrafo Único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na Educação àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (CNB/CNE, 2009).

## 2.0 PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA.

Nos últimos tempos a inclusão de pessoas especiais e com deficiências na escola regular têm sido o foco de muitos estudos e debates, ou seja, a escola deve receber e acomodar todos aqueles que estão excluídos do Sistema de Ensino independente de suas condições físicas, sociais e emocionais.

Segundo Bruno (2006, p.14):

A inclusão é um processo complexo que configura diferentes dimensões: ideológica, sociocultural, política e econômica. Os determinantes relacionais comportam as interações, os sentimentos, significados, as necessidades e ações práticas; já os determinantes materiais e econômicos viabilizam a reestruturação da escola.

Ou seja, é preciso que para se ter um bom êxito neste processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais aconteça uma dialética que envolva a escola como um todo. Para que isso aconteça o Ministério da Educação através da Secretária de Educação Especial, segundo Bruno (2006, p.15) apontam alguns princípios e fundamentos:

- a construção de laços de solidariedade, atitudes cooperativas e trabalhos coletivos, proporcionam maior aprendizagem para todos;
- a inclusão significa transformação da prática pedagógica: relações interpessoais positivas, interação e sintonia professor-aluno, família-professor, professor comunidade escolar e compromisso com o desempenho acadêmico;
- a inclusão depende da criação de rede de apoio e ajuda mútua entre escolas, pais e serviços especializados da comunidade para a elaboração do projeto pedagógico;
- o projeto pedagógico deve garantir adaptações necessárias ao currículo, apoio didático especializado e planejamento, considerando as necessidades educacionais de todos os alunos, e oferecendo equipamentos e recursos adaptados quando necessários;
- o professor da classe regular assume a responsabilidade pelo trabalho pedagógico e recebe apoio do professor especializado, dos pais e demais profissionais envolvidos

para a identificação das necessidades educacionais especiais, a avaliação do processo de desenvolvimento e aprendizagem e o planejamento de metas;

- o sucesso do processo de aprendizagem depende do projeto de inclusão, com trabalho cooperativo entre o professor regular e o professor especializado na busca de estratégias de ensino, alternativas metodológicas, modificações, ajustes e adaptações na programação e atividades;
- a modificação do processo de avaliação e do ensino: avaliação qualitativa dos aspectos globais como competência social, necessidades emocionais, estilos cognitivos, formas diferenciadas de comunicação, elaboração e desempenho nas atividades;
- uma maior valorização das possibilidades, das aptidões, dos interesses e do empenho do aluno para a realização das atividades, participação nos projetos e trabalhos coletivos;
- a priorização, além do acesso à cultura e ao conhecimento, do desenvolvimento da autonomia e independência e autoconceito positivo pela participação social;
- a escola e sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que reforça os pontos fortes, reconhece as dificuldades e se adapta às peculiaridades de cada aluno;
- uma gestão democrática e descentralização com repasse de recursos financeiros diretamente à escola para reestruturação e organização do ambiente, da sala de aula, e para as adaptações que se fizerem necessárias;
- o êxito do processo de aprendizagem e da inclusão depende da formação continuada do professor, de grupo de estudos com os profissionais envolvidos, possibilitando ação, reflexão e constante redimensionamento da prática pedagógica.

Seguindo essa mesma linhagem a autor Bruno (2006) nos fala que,

Torna-se importante pontuar que a educação inclusiva não se faz apenas por decreto ou diretrizes. Ela é construída na escola por todos, na confluência de várias lógicas e interesses sendo preciso saber articulá-los. Por ser uma construção coletiva, ela requer mobilização, discussão e ação organizacional de toda a comunidade escolar, e encaminhamentos necessários ao atendimento das necessidades específicas e educacionais de todas as crianças. Ela requer ainda uma ação complementar no contexto social por meio de trabalho conjunto com os serviços de apoio da educação especial, que também são responsáveis pela articulação e interface com os diferentes setores: saúde, ação social, justiça, transporte e outros.

Trata-se, então, de um projeto político-pedagógico com ações integradas de atenção, cuidado e educação, cabendo à instituição educacional tomar iniciativa e reunir as ações Inter setoriais de saúde e seguridade social que

atendam às necessidades de desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância.

Para que se avance nesse sentido, é necessário que os Municípios se organizem para formular uma política educacional inclusiva e a escola elabore um projeto pedagógico que ultrapasse a visão assistencialista de educação compensatória.

Essa superação depende da criação de centros de educação infantil com creches e pré-escola que integrem o cuidado e valorizem a educação como forma de socialização, autonomia moral, desenvolvimento de competências e participação na vida cultural da comunidade. A transformação desses conceitos é que se constituem, na realidade, o grande desafio para elaboração do projeto político pedagógico na educação infantil.

A partir desse princípio, é fundamental compreender a importância e a necessidade da formulação de projetos pedagógicos que enfatizem a formação humana, o respeito mútuo, as competências e a promoção da aprendizagem, contemplando as necessidades educacionais específicas de todos os educandos.

A implementação de um projeto para educação inclusiva demanda vontade política, planejamento e estratégias para capacitação continuada dos professores do ensino regular em parceria com professores especializados, dirigentes e equipe técnica dos centros de educação infantil, visando construir e efetivar uma prática pedagógica que lide com níveis de desenvolvimento e processos de aprendizagem diferenciados, buscando junta a solução dos conflitos e problemas que surjam nesse processo.

Entende-se que, a educação inclusiva deve existir a partir de um processo de organização e amadurecimento tanto no plano pedagógico quanto no ambiente da escola, de forma que os indivíduos venham realmente se sentir acolhidos, pois ao encontrar um ambiente escolar regular sem as devidas adaptações, os mesmos poderão passar por situações que gerem ainda mais sofrimento diante de suas limitações e “incapacidades”. Nos dias atuais tem acontecido muito isso, escolas e professores sem a devida capacitação são sujeitos a receberem crianças especiais e com deficiências sem estarem devidamente preparadas para que estes venham a receber o ensino regular.

### 3.0 PRATICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

A escola, para que possa ser considerado um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos.

Observamos que esse novo desempenho da escola implicará a busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes especiais no seu interior. Sendo assim, o que se deseja na realidade é que se construa uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias. Para que isso

aconteça é necessária à realização de trabalhos e campanhas que esclareçam e formem profissionais e pessoas comprometidas com estas crianças e adolescentes especiais.

Segundo Werneck (1997, p. 42) “[...] a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados.” Segundo dados das Organizações das Nações Unidas (ONU) o Brasil possui cerca de 15 milhões de deficientes, onde a maioria provavelmente esta aguardando a oportunidade de participar da vida em sociedade, como é o seu direito.

Portanto, necessitamos de uma escola nova, que se apresente como um modelo reflexivo crítico e pensante. Uma escola que não tenha medo de se arriscar, que tenha coragem suficiente para criar e questionar o que fora estabelecido, buscando assim rumos inovadores como resposta as necessidades de inclusão. De acordo com Mantoan (1997, p.68) “cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos”.

E é nessa busca por respostas para atendermos a essa diversidade, que o processo pedagógico fica mais rico, propiciando uma melhor qualidade da educação para todos. Dessa forma todos se beneficiam da educação inclusiva, pois todos enriquecem: alunos, professores, família e comunidade.

Lembremos que o movimento de Educação Inclusiva, frente à realidade educacional brasileira, deve ser visto como um grande avanço, quando recomenda a matrícula do aluno portador de necessidades educativas especiais na escola pública regular, porque, ainda hoje, prevalece entre nós a escola especial como o lugar para essas pessoas.

Devemos buscar e atuar a favor de um movimento que desagregue que retire o aluno portador de necessidades educativas especiais desse lugar de inferioridade, trazendo a escola regular àqueles que, até então, nunca tiveram acesso a ela, seja por estarem matriculados em escolas especiais, seja porque eram segregados por suas comunidades.

Mas vale ressaltar que o planejamento da ação educativa deve ser participativo, isto é, deve envolver os educadores da educação especial e da educação regular. O professor especializado deve participar de todas as ações, opinando e discutindo com o professor do ensino regular e participando de todo o planejamento em suas fases de elaboração, execução e avaliação. O professor deve assim ser parte integrante da equipe escolar. O professor de classe regular precisa entender o significado de uma escola inclusiva, a partir de seus conhecimentos anteriores como professor. Precisa entender, também, que seus alunos desenvolvem meios diferentes de aprendizagens e, por isso, às vezes utilizam caminhos que o próprio professor desconhece.

A escola como um espaço inclusivo enfrenta muitos desafios, problemas e conflitos devendo ser discutido e resolvido por toda a comunidade escolar, gerando

novos conhecimentos, novas formas de interação, relacionamento, adequação do espaço físico e material didático, beneficiando todas as crianças.

Nesse sentido Bruno (2006, p.18), esclarece que:

A sala de aula inclusiva propõe um novo arranjo pedagógico: diferentes dinâmicas e estratégias de ensino para todos, complementação, adaptação e suplementação curricular quando necessários. A organização do espaço, a eliminação das barreiras arquitetônicas (escadas, depressão, falta de contraste e iluminação inadequada), mobiliários, a seleção dos materiais, as adaptações nos brinquedos e jogos são instrumentos fundamental para a prática educativa inclusiva com qualquer criança pequena.

Diante deste fato a organização do espaço escolar se torna condições essenciais e prioritárias na educação bem como no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. É neste sentido que o universo da ação educativa, centros de educação infantil públicos e privados já desenvolvem projeto de inclusão com sucesso, aceitando crianças com qualquer tipo de deficiência, inclusive múltiplas deficiências. É de fundamental importância destacar que as crianças que apresentem qualquer deficiência, independentes de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou emocionais, são crianças que merecem os mesmos cuidados iguais às outras crianças com relação ao afeto, proteção, seus desejos e sentimentos. Mesmo que seja de forma diferente estas crianças têm a possibilidade de conviver, interagir, aprender, brincar, trocar experiências, e serem felizes. São crianças que devem ser vistas não como defeito, mas como pessoas que apresentam algumas dificuldades que se tornam desafios com os quais devem servir de exemplo para que possamos aprender e crescer como pessoas e profissionais que buscam ajudar o outro. Tão importante como caracterizar a deficiência, dificuldades ou limitações é procurar compreender a história de vida de cada criança, suas necessidades, interesses bem como interage e se relaciona com as outras pessoas.

É fundamental compreender que as crianças com necessidades educacionais especiais, independente de sua deficiência devem ser expostos de forma positiva de comunicação e interação como também a situações de aprendizagem desafiadoras estimulando a pensar, solucionar problemas, a expressar sentimentos, desejos, a ter iniciativa de escolhas. Como afirma Bruno (2009), as crianças com deficiência

sensorial, auditiva ou visual necessitam de um ambiente de aprendizagem para que venha a favorecer o desenvolvimento de sua linguagem, a exploração da meio como forma de aquisição de experiências, o uso do corpo, o uso do brinquedo e da ação espontânea como instrumento para a compreensão do mundo. Nestes escritos é notável a mediação do professor para a formação de conceitos, o desenvolvimento da autonomia e independência, estimulando-as a se comunicarem, interagirem e participarem de todas as atividades em grupo. É importante destacar que a inclusão de alunos com deficiência não depende do grau de severidade da deficiência ou do nível de desempenho intelectual e sim de sua possibilidade de interação, socialização e adaptação da criança ao grupo na escola comum. Portanto esse é o maior desafio para a escola hoje tendo que modificar-se e aprender a conviver com dificuldades de adaptação, gostos, interesses e níveis diferentes de desempenho escolar.

Segundo Bruno (2009), o ponto principal da proposta inclusiva é de proporcionar melhores condições de aprendizagem para todos por meio de uma transformação da cultura pedagógica. Exigindo-se, assim, discussão entre as relações pessoais e o fazer pedagógico como forma de evitar o fracasso escolar em virtude de suas carências ou deficiências. Diante este contexto a escola, o professor e a família tem papel determinante para que o aluno progrida no seu processo de desenvolvimento. Assim, o processo pedagógico a partir das possibilidades, potencialidades do que o aluno já consegue desenvolver garantindo o sucesso do aluno e sua aprendizagem. O conteúdo e as atividades devem partir do principio das aprendizagens voltadas a atividades que partam de experiências positivas para os alunos, portanto é fundamental a cooperação e troca com a família, informando sobre os gostos, preferências, rejeições, vivências e informações que o aluno já possui.

Em seus escritos Sartoretto e Bersch (2010), “relataram que escola que acolhe e tira partido das diferenças busca construir coletivamente uma pedagogia partindo das diferenças dos seus alunos para organizar o ensino.” Atendendo a essas diferenças os recursos pedagógicos e de acessibilidade colabora para que as pessoas com deficiência participem do processo escolar. Esses recursos podem ser considerados ajudas, apoios e materiais didáticos projetados para auxiliar o aluno com deficiência durante o seu percurso escolar. No Atendimento Educacional Especializado (AEE) os recursos selecionados pelo professor podem ser de alta ou baixa tecnologia. Os de baixa tecnologia podem ser construídos pelos professores e os de alta tecnologia são

adquiridos após a avaliação das necessidades dos alunos. Para a produção da escrita muitas alternativas podem ser construídas para facilitar a preensão do lápis ou da caneta quando detectados prejuízos na motricidade fina do aluno, utilizando-se uma bola de espuma furada com um lápis encaixado nesse orifício. O aluno pega o lápis especial e escreve, facilitando sua preensão conforme o que está em (Anexo A). Com relação à produção das primeiras palavras escritas faz uso de alfabetos móveis de tamanhos variados que possam se fixar por ímã ou velcro, já os alunos cegos aprendem a escrita Braille utilizando a reglete, a máquina Braille e o próprio computador com impressora Braille. Com relação ao acesso à leitura faz uso de alguns recursos, pois o impedimento de acesso ao texto para alguns alunos se dá em razão da forma ou da mídia o qual é apresentado na escola. Podem-se utilizar fichas de palavras em várias cores e tamanhos com a representação do objeto em desenho. Para a criança cega utilizam-se livros de história com as imagens em relevo e texto em Braille.

Mazini e Santos (2002) em seus escritos no Portal de Ajudas Técnicas para Educação, disponibilizam atividades para o profissional de educação no sentido de encontrar soluções para minimizar limitações funcionais, motoras e sensoriais do aluno com deficiência física, no que se refere a recursos pedagógicos adaptados a situações educacionais. Os recursos pedagógicos apresentados a seguir que se encontra em (Anexo A) configura-se como orientação para os profissionais da educação, no sentido de encontrarem soluções de objetos que auxiliem o aprendizado de pessoas com necessidades especiais. Sabemos que cada necessidade é única e, portanto, cada caso deve ser estudado com muita atenção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos na fase de conclusão do artigo e as teorias educacionais estudadas durante este percurso foram de suma importância para realização desta pesquisa o qual foi uma oportunidade impar em relação a nossa formação profissional. A ideia de pesquisar sobre esta temática sobre Princípios e Propostas para uma Escola Inclusiva deve-se ao fato de a inclusão ser um desafio, enfrentado pela escola comum, tendo como ponto de partida provocar a melhoria da qualidade da educação no Brasil, à medida que cada aluno com ou sem deficiência, poder exercer seu direito à educação com igualdade como também a instituição escolar planejar e elaborar as suas práticas pedagógicas, na finalidade de atender as diferenças.

As estratégias formuladas para o entendimento da temática em questão foram estruturadas da seguinte forma. Partimos do princípio que a educação inclusiva ainda é vista como sinônimo de educação especial, ou seja, de pessoas com deficiência. Todavia, é possível compreender que a educação inclusiva não se destina apenas às pessoas com deficiência, mas a qualquer educando, que por algum motivo, encontra em seu percurso escolar barreiras que interferem em seu processo de aprendizagem, levando ao fracasso escolar ou a evadir-se da escola. A inclusão nos traz outros sentimentos, como o receio do novo, da sensação de não estarmos preparados para receber os alunos com deficiência, de não sabermos o que deve ser feito e de como lidar com diferentes deficiências. Estes sentimentos são bastante comuns e a proposta de inclusão no nosso país é bastante recente.

A construção de sistemas educacionais inclusivos implica a criação de um ambiente escolar rico em estímulos e fortalecimento da participação plena dos alunos nas salas de aula, por meio de oportunidades efetivas de desenvolvimento do potencial e do atendimento às suas necessidades educacionais específicas. Nessa perspectiva, o projeto pedagógico da escola deve prever a oferta de serviços, recursos e atendimento educacional especializado (AEE) para os alunos com deficiência. A institucionalização do AEE requer a definição do conjunto de estratégias de apoio, a expansão do

acesso a materiais pedagógicos específicos, a ampliação e a diversificação das experiências escolares e o acompanhamento desses alunos.

Algumas escolas ainda não se alertaram para o fato de que o tipo de pedagogia praticada é um fator determinante na evolução dos alunos, especialmente quando se trata de alunos com deficiência. Aquela pedagogia que não leva em consideração as diferenças dos alunos, que não está atenta para as diferenças de ritmos, de interesses, de estilos de aprendizagem, ao invés de promover, nega o desenvolvimento e a aprendizagem desses alunos.

Temos consciência que esse é o início de um trabalho que deve ser continuado e divulgado em creches e instituições escolares para que estudantes e profissionais possam ter o conhecimento de um tema tão importante que é inclusão.

## REFERENCIAS

MAZINI, Eduardo Jose; SANTOS, Maria Carmen Fidalgo. Portal de ajudas técnicas para educação: Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material. Brasília: MEC Seesp, 2002.

BRUNO, Marilda Morais Garcia. Educação infantil: saberes e pratica da inclusão. Brasília: MEC, 2006

SARTORETTO, Mara Lucia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa. Fortaleza: MEC, 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. (Porto Alegre: Editora Mediação, 2005).

MENDES, Rodrigo Hubner. O pleanasmo da Educação Inclusiva, 2012.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial – educação especial, um direito assegurado. Brasília: MEC / SEESP, 1994.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér e colaboradores, Integração de pessoas com deficiências – Editora Memnon. Edições científicas Ltda, 1997.

## ANEXO: A

### DOMINÓ DAS CORES

#### Descrição:

Este material é feito em madeira, medindo 4 cm de comprimento, 9 cm de largura e 1 cm de espessura. Cada peça possui duas cores. A pintura é feita com tinta lavável

**Fonte:** Laboratório de Educação Especial “Prof. Ernani Vidon”, UNESP, Marília, SP.

Facilita a nomeação das cores, a discriminação visual e a correspondência um a um. As peças ampliadas permitem melhor manuseio aos alunos com dificuldade de preensão. O material pode ser higienizado devido à tinta lavável.



#### DOMINÓ TEMÁTICO: Meios de transporte.

Permite o desenvolvimento da discriminação visual. Auxilia o professor trabalhar com temas desenvolvidos em aula, no caso, meios de transporte. Os assuntos podem variar de acordo com o tema da aula. Já foram construídos dominós temáticos sobre animais, frutas e vestuário.

**Fonte:** Laboratório de Educação Especial “Prof. Ernani Vidon”, UNESP, Marília, SP.

